ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
DO 1º QUADRIMESTRE DE 2005, REALIZADA NO DIA 20 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00
HORAS.

ATA Nº 036

PRESIDENTE - DEPUTADO SILVAL BARBOSA

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Boa-tarde, senhores e senhoras!

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta esta Audiência Pública, com o objetivo de avaliar o cumprimento das metas fiscais no Orçamento do 1º quadrimestre de 2005.

Convido para compor a Mesa o Deputado Riva, 1º Secretário; o 3º Secretário, Deputado João Malheiros; a Deputada Verinha Araújo; o Exmº Sr. Secretário de Fazenda, Dr. Waldir Júlio Teis; o Exmº Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, Sr. Yenes Magalhães; o Dr. João Virgílio do Nascimento, Procurador-Geral do Estado; o Dr. Sírio Pinheiro da Silva, Secretário-Chefe da Auditoria-Geral do Estado; e o Dr. Augustinho Moura, Secretário Adjunto de Administração.

Queremos registrar também, com muita satisfação, a presença do Sr. Osceário Daltro, da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral; do Sr. Manoel Gomes Bezerra, Secretário de Gestão da Secretaria de Fazenda; do Sr. Edmilson José dos Santos, Secretário Adjunto de Gasto Público da SEFAZ; do Sr. Luís Marcos de Lima, Contador-Geral do Estado; do Sr. Toni Bicudo, Assessor de Relacionamento da SEFAZ; da Srª Maria Celestina Batista, Técnica da Secretaria de Estado de Fazenda; Srª Avaneth Almeida das Neves, Técnica da Secretaria de Estado de Fazenda; Srª Inês Maria de Castro, Técnica da Secretaria de Estado de Fazenda; Sr. Mauro Nakamura, Técnico da Secretaria de Estado de Fazenda; Sr. Etoze Sobrinho, Presidente do Sindicato dos Profissionais de Tributação e Fiscalização; Sr. Arnaldo de Souza, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral.

Composta a Mesa e registrada a presença das autoridades, queremos agradecer a todos que se fazem presentes neste auditório, e também a imprensa.

Composta a Mesa, convido todos para que, em pé, ouçamos o Hino Nacional Brasileiro.

(O HINO NACIONAL BRASILEIRO É EXECUTADO - PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Passo, então, agora a palavra ao Dr. Waldir Júlio Teis, para fazer a leitura e os esclarecimentos sobre o relatório do quadrimestre.

Com a palavra, o Dr. Waldir Júlio Teis.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Cumprimento o Deputado e Presidente desta Casa Silval Barbosa; o 1º Secretário, Deputado Riva; o Deputado João Malheiros; a Deputada Verinha Araújo, demais Deputados que aqui se encontram; nossos colegas Yênes Magalhães; Dr. Sírio, enfim Secretários e Secretários Adjuntos, senhoras e senhores.

Estamos aqui, Sr. Presidente, mais uma vez, prestando contas do primeiro quadrimestre de 2005. Em cima da leitura dessa prestação de contas que está sendo feita hoje, nós teremos uma visão e uma visibilidade melhor para 2005, diante de todos os problemas que Mato Grosso vem enfrentando nas questões econômicas no Estado e nós poderemos, então, ao final, nas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2005, REALIZADA NO DIA 20 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

nossas conclusões, ao final dos serviços, melhor dizendo, tirar as nossas conclusões de como se desenha 2005 para Mato Grosso e como se desenha também 2005 para os órgãos públicos e Poderes do Estado de Mato Grosso.

Convido o Sr. Edmilson José dos Santos para fazer a leitura, a prestação e a apresentação das contas.

O quadro está muito afastado. Acho que convém trazê-lo mais para frente.

Então, passo a palavra, para a leitura do relatório, ao nosso Secretário Adjunto de Políticas Fiscais, Sr. Edmilson José dos Santos.

O SR. EDMILSON JOSÉ DOS SANTOS - Srs. Deputados, Sr^a Deputada, público presente, estaremos fazendo a leitura do relatório do primeiro quadrimestre de 2005.

“Em cumprimento ao que determina o § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00, o Poder Executivo comparece a esta augusta Casa de Leis para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas físicas do primeiro quadrimestre de 2005.

Com o foco na transparência fiscal e visando promover um debate público com ampla clareza, os resultados são demonstrados com detalhamento das informações, bem como acompanhados dos principais aspectos que condicionaram seu desempenho.

Aplicando com cautela os recursos públicos no primeiro quadrimestre de 2005, tornou-se possível atingir o resultado primário de R\$504,2 milhões, correspondentes a 98,9% da previsão inicial para o exercício. Esse resultado superavitário, importante indicador de solvência fiscal, demonstra que o desempenho das receitas não-financeiras, que totalizaram no período R\$1.691,8 milhões, possibilitou a cobertura integral das despesas não-financeiras, liquidadas no montante de R\$1.186,8 milhões, assim como a manutenção dos compromissos contratuais com o pagamento do serviço da dívida que totalizou R\$211,9 milhões.

O resultado nominal apurado foi de R\$422,4 milhões, superando em 35,8% a meta anual de R\$311,0 milhões. O resultado nominal que está sendo considerado é obtido a partir do resultado primário, do qual são subtraídos os juros e encargos da dívida, que foram liquidados até o mês de abril de 2005 no montante de R\$101,4 milhões, e acrescido os valores correspondentes às receitas de aplicações financeiras, acumuladas no período em R\$19,7 milhões.

A receita orçamentária total, equivalente ao somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as deduções para o FUNDEF, totalizou no período de janeiro a abril de 2005 o valor de R\$1.711,9 milhões, correspondendo a 107,3% da previsão para o quadrimestre e 33,0% do total projetado para o ano. Tal resultado foi condicionado pelo desempenho das receitas correntes que, em valores brutos, sem as deduções para o FUNDEF, representaram no quadrimestre 99,8% da receita orçamentária, apresentando uma variação positiva de 12,3% em relação ao valor previsto para o período.

As receitas correntes, não excluídos os valores relativos às deduções para o FUNDEF, acumularam no primeiro quadrimestre R\$1.855,6 milhões, equivalentes a 34,6% da meta estabelecida para o exercício. As receitas tributárias e transferências correntes, que conjuntamente expressaram 85,9% da receita realizada nesse grupo, superaram a expectativa inicial para o período, respectivamente, em 6,1% e 39,3%.

A receita tributária, até o mês de abril de 2005, atingiu R\$1.121,2 milhões, correspondentes a 31,7% do valor orçado para o exercício.

O Imposto de Renda Retido na Fonte realizou 146,6% do valor inicialmente estabelecido para o quadrimestre, ou seja, previa-se o ingresso de R\$36,7 milhões, tendo sido arrecadado R\$53,8 milhões, equivalentes a 46,4% da previsão anual.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2005, REALIZADA NO DIA 20 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

O IPVA registrou uma arrecadação de R\$65,2 milhões, correspondendo a 117,4% da projeção para o período e 55,1% do valor estimado para o ano.

O ITCD, para o qual havia uma previsão de R\$1,2 milhões, arrecadou R\$1,7 milhões, correspondentes a 139,2% da meta para o quadrimestre e 30,9% da expectativa para o exercício.

As receitas de taxas apresentaram o valor realizado de R\$11,2 milhões, atingindo 35,6% da meta anual. O resultado verificado demonstrou-se compatível com a projeção para o período de R\$11,0 milhões.

O ICMS, a mais significativa fonte de receita do Estado, representou em torno de 88,2% da receita tributária e encerrou o quadrimestre com o valor realizado de R\$989,3 milhões, equivalentes a 30,3% do total consignado na lei orçamentária anual. Em relação ao valor previsto para o período de janeiro a abril de 2005 apresentou uma estreita evolução de 3,8%.

As receitas de contribuições alcançaram R\$151,3 milhões, correspondendo a 108,4% da previsão para o período e 37,7% do valor orçado para o ano.

As contribuições econômicas acumularam R\$119,9 milhões, equivalentes a 106,3% do valor projetado para o quadrimestre e 37,4% da meta anual. O FETHAB - que exprime 94,0% desse total - atingiu R\$112,7 milhões, valor 6,4% superior a previsão para o período, com execução de 37,2% do total estabelecido para 2005.

No grupo das transferências correntes, o principal item refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Estados, que totalizou até o mês de abril de 2005 R\$223,9 milhões, correspondendo a 113,1% do valor inicialmente previsto para o quadrimestre e 38,7% do total orçado para o exercício. A estimativa dessa receita tem como referência as informações fornecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional que utiliza técnica de projeção conservadora.

As transferências de recursos a título de compensação financeira decorrente da Lei Kandir e para auxílio financeiro aos Estados com o objetivo de fomentar as exportações, somaram R\$ 37,6 milhões, representando 33,2% do valor fixado para o exercício. O valor realizado verificou-se compatível com a previsão para o período de R\$ 37,8 milhões.

A rubrica das transferências de convênios acumulou R\$11,1 milhões, equivalentes a 75,5% do valor previsto para o quadrimestre e 25,2% da projeção anual.

As outras transferências correntes atingiram R\$188,8 milhões, valor 140,1% maior que a projeção para o período. Quando comparada à meta anual demonstrou uma realização de 64,3%. O excedente é verificado nas transferências de receitas do SUS, do FUNDEF e da CIDE.

As Receitas de Capital obtiveram baixo nível de realização relativamente à previsão. Efetivaram-se R\$4,5 milhões, equivalentes a 5,2% da expectativa para o quadrimestre e 1,6% da projeção para o exercício. A principal frustração verificada nessa categoria refere-se à não efetivação das receitas previstas no sub-grupo das transferências de capital, com destaque para as transferências do SUS e do FUNDEF que tiveram sua execução no grupo das transferências correntes.

Considerando todas as fontes de recursos, a despesa liquidada no período de janeiro a abril de 2005 totalizou R\$1.398,8 milhões, inferior à receita realizada de R\$1.711,9 milhões, permitindo que a correlação Despesa Realizada/Receita Realizada se estabelecesse em 0,82, resultado compatível com o principal indicador de acompanhamento do equilíbrio fiscal constante no PPA 2004-2007 - de manutenção da relação Despesa Pública/Receita Pública na proporção menor ou igual a 1,0 -, assim como em consonância com as determinações legais voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
DO 1º QUADRIMESTRE DE 2005, REALIZADA NO DIA 20 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00
HORAS.

As despesas correntes, equivalentes a 83,3% da despesa total líquida, apresentaram ao final do quadrimestre uma realização de R\$1.165,7 milhões, representando 27,8% do valor orçado para o exercício.

As despesas com pessoal e encargos sociais, item mais significativo no conjunto das despesas, acumularam no período de janeiro a abril de 2005 o valor de R\$583,6 milhões, correspondentes a 30,2% da previsão anual.

Nesse grupo apresentaram-se mais expressivos os valores liquidados nas seguintes unidades orçamentárias: Tribunal de Justiça (14,2%), Secretaria de Educação (12,9%), Fundo Estadual de Educação (10,9%), Secretaria de Fazenda (10,0%), Secretaria de Saúde (7,7%), Polícia Militar (7,7%), Polícia Civil (5,0%) e Ministério Público (3,7%).

Os juros e encargos da dívida liquidados até o mês de abril de 2005 corresponderam R\$101,4 milhões, representando 40,2% do valor previsto para o ano.

As outras despesas correntes totalizaram no primeiro quadrimestre de 2005 o montante de R\$480,7 milhões, equivalentes a 24,0% do valor projetado para o exercício. Cabe destacar que nesse grupo estão agrupadas as despesas referentes às transferências constitucionais e legais aos municípios.

Sobressaem-se no grupo das outras despesas correntes os valores liquidados nas seguintes unidades orçamentárias: Recursos sob a supervisão da SEFAZ relativos às transferências do ICMS aos Municípios (49,7%), fundo Estadual de Saúde (12,7%), Recursos sob a supervisão da SEFAZ relativos às transferências do IPVA aos Municípios (5,7%), Assembleia Legislativa (4,0%), Secretaria de Infra-Estrutura (2,5%), Tribunal de Justiça (2,4%) e Recursos sob a supervisão da SEFAZ executados na Fonte 100 (2,0%).

As despesas de capital, correspondentes a 16,7% da despesa total realizada, se expressaram no primeiro quadrimestre com uma realização de R\$233,1 milhões, representando 25,4% da previsão anual. Os investimentos atingiram no período R\$122,0 milhões, efetivando-se 20,7% do projetado para o exercício.

O montante equivalente a 91,8% dos investimentos foram executados nas seguintes unidades: Secretaria de Infra-estrutura, na fonte 131 (65,8%) e na fonte 107 (5,6%); Tribunal de Justiça (13,9%); Assembleia Legislativa (5,0%); e Fundo de Amparo ao Judiciário (1,6%).

O Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB, fonte 131, liquidou no período o valor de R\$92,2 milhões, correspondentes a 30,5% da previsão para o ano de R\$302,5 milhões. No grupo de outras despesas correntes foi aplicado o equivalente a 13,0% do valor das despesas executadas pelo FETHAB. As despesas com investimentos corresponderam a 87,0% do total liquidado pelo fundo.

A amortização da dívida encerrou o quadrimestre com o valor liquidado de R\$110,4 milhões, representando execução de 34,4% da previsão orçamentária para 2005.

Da análise da despesa realizada por área de ação governamental observa-se que 35,65% dos recursos aplicados no primeiro quadrimestre foram absorvidos pela função encargos especiais. Nessa função prevalecem as transferências constitucionais e legais aos municípios (55,1%) e o serviço da dívida (42,6%), representando 97,7% do total da função. Os recursos destinados às funções educação, saúde e segurança pública representaram, conjuntamente, 25,8% do total liquidado no período. As funções previdência social (9,9%), judiciária (8,0%), transporte (6,1%) e administração (4,8%), perfizeram 28,7% da despesa total liquidada. As demais funções agregaram 9,8% das despesas do período.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
DO 1º QUADRIMESTRE DE 2005, REALIZADA NO DIA 20 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00
HORAS.

A despesa total com pessoal e encargos sociais no período de janeiro a abril de 2005 permaneceu dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Em relação à receita corrente líquida dos últimos doze meses, apresentou o percentual de comprometimento de 44,19%.

A dívida consolidada líquida ao final do mês de abril de 2005 totalizou R\$4.890,2 milhões, valor 2,9% inferior ao saldo de R\$5.037,8 milhões”...
(O ORADOR É INTERROMPIDO.)

O SR. EDMILSON JOSÉ DOS SANTOS - Pulou? (PAUSA).

“A verificação do atendimento aos limites definidos demonstra que, individualmente, os Poderes Executivo e Judiciário e também o Ministério Público não excederam os percentuais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, exceção observada apenas para o Poder Legislativo, que demonstrou comprometimento superior ao teto legal.

A dívida consolidada líquida ao final do mês de abril de 2005 totalizou R\$4.890,2 milhões”...

Esse já foi?

“A dívida consolidada líquida ao final do mês de abril de 2005 totalizou R\$4.890,2 milhões, valor 2,9% inferior ao saldo de R\$5.037,8 milhões registrado no mês de dezembro de 2004. No primeiro quadrimestre a receita corrente líquida foi de R\$4.145,8 milhões e o Estado, nesse período, apresentou um estoque de dívida consolidada líquida de 1,18 vezes a receita corrente líquida, cumprindo o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, combinada com a Resolução nº 40/01 do Senado Federal.

Da receita resultante de impostos compreendida a proveniente de transferências, nos termos do art. 212 da Constituição Federal de 1988, foram aplicados 19,73% na manutenção e desenvolvimento do ensino, até o primeiro quadrimestre de 2005. Apesar de inferior ao limite constitucional, tal percentual é provisório e não reflete o desempenho esperado até o final do ano, quando ter-se-á a aplicação de no mínimo 25%, conforme determina o texto constitucional.

Da receita líquida de impostos e transferências constitucionais e legais, o Estado aplicou 7,92% até o mês de abril de 2005 nas ações e serviços públicos de saúde. Esse resultado é transitório, ao final do exercício ter-se-á aplicado o percentual de 12% em observância às determinações da Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/00.

Adotou-se uma postura prudente na aplicação dos recursos públicos no primeiro quadrimestre de 2005 com o objetivo de não comprometer o equilíbrio das contas públicas.

Os resultados são confirmados pela obtenção de resultados positivos que permitiram a manutenção do equilíbrio fiscal, o cumprimento das metas fiscais estabelecidas, bem como a observância aos limites legais definidos para as despesas com pessoal ou dívida consolidada líquida, possibilitando, desta forma, o atendimento aos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Era o que tínhamos para apresentar. Muito obrigado.

O SR. WALDIR TEIS - Sr. Presidente, essa é a leitura do Relatório. Agora, nós estamos à disposição para alguns questionamentos que forem necessários sobre as contas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Gostaria de registrar a presença do Deputado Zeca D'Ávila.

Com a palavra, a Deputada Verinha Araújo.

A SRª VERINHA ARAÚJO - Boa-tarde!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2005, REALIZADA NO DIA 20 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Apesar da pouca presença da população, da sociedade civil, mas há uma grande presença dos técnicos e dos próprios Deputados aqui. Mas é um exercício que tem sido muito interessante tanto para o gestor como para a própria Assembléia.

Hoje não é a primeira vez. Desde o início do Governo Blario Maggi que a Assembléia vem cumprindo as Audiências Públicas para discutir a Execução Orçamentária do quadrimestre... Então, isso é interessante e espero que esses debates... Eles têm melhorado muito, tanto o debate da Execução Orçamentária, como, na própria formulação, quando nós passamos a analisar aqui a LDO, o Orçamento.

Quando nós discutíamos a LDO na semana passada, eu considero um avanço quando o Governo reconheceu a necessidade de regionalizar o Orçamento. Nós temos vários Deputados à mesa que compartilham com essa necessidade de discutirmos o Orçamento regionalizado. Então, foi algo que perseguimos, desde o primeiro ano, que não só votássemos o Orçamento regionalizado, como também na execução orçamentária passássemos a observar a execução orçamentária por regiões.

Essa é uma pergunta, porque depois eu gostaria de saber da Secretaria de Fazenda, dos técnicos da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, dessa possibilidade, porque se nós queremos discutir o Orçamento regionalizado, a distribuição dos investimentos, trabalhando naquela perspectiva da redução das desigualdades, devemos fazer o mesmo na hora de analisar a execução orçamentária, sob pena de o Orçamento ficar no papel regionalizado, atendendo essa determinação para a distribuição dos recursos e na hora da execução fazermos o inverso, não cumprir aquilo que primeiro estamos querendo, que é o próprio Orçamento.

Então, é essa a primeira questão, porque nós teremos, no próximo dia 27 uma outra audiência da LDO e eu quero retomar aqui, Deputado Riva, que não tem, não consta na LDO o dispositivo sobre a regionalização.

O texto não é claro no sentido de que na hora em que formos votar a LOA, no segundo semestre, isso seja constado na LDO como diretriz orçamentária. Essa é uma primeira questão.

A outra é que, olhando aqui a execução, por ordem decrescente, nós fizemos aqui nos anos de 2002, 2003 e 2004 - e agora eu conversava aqui com o Deputado Riva -, o Poder Legislativo é o primeiro Poder que aparece tanto em termos de alcançar o teto da execução, não só no ano, como também no quadrimestre. E aí ele deve falar disso depois, porque soma conosco aqui os recursos do Tribunal de Contas. Então, fazer essa diferenciação em relação ao Poder Legislativo.

Depois vem comunicação. O setor de comunicações cumpre também sempre o teto, tanto é que nós votamos aqui no ano passado suplementações orçamentárias para a comunicação, para o gasto com comunicação.

Em 2004, eu estou pegando todo 2004 e depois comparando com o primeiro quadrimestre de 2005. A cultura cumpriu bem em 2004, administração, depois veio educação, segurança pública, saúde, desporto e lazer, organização agrária, transporte, agricultura, assistência social, comércio, serviço... Quer dizer, na ordem decrescente.

O que nós observamos na ordem decrescente? Quem é que recebeu as menores execuções orçamentárias? Saneamento, direitos da cidadania. Aqui entra, por exemplo, atendimento à criança, idoso, portador de necessidades especiais, mulheres, etnias, etc, trabalho e gestão ambiental.

Essa aqui é uma questão, Secretário, que quando nós colocávamos na outra avaliação, que fizéssemos aqui compartilhado, inclusive com a presença dos Secretários, gestão ambiental, tanto do ponto de vista do orçamento, dos dois anos do Governo Blairo Maggi em

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2005, REALIZADA NO DIA 20 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

relação ao último ano do ex-Governo Dante de Oliveira, reduziu o orçamento e a redução também na execução orçamentária. Isso o Governo precisa observar. Gestão ambiental, em 2004, 58,12%; indústrias, 66%; ciências e tecnologia, 68% e habitação, 68%. Eu fiz o inverso. Quer dizer, quem são os setores que menos aplicaram ou cumpriram o orçamento em termos de execução.

Então, para o primeiro quadrimestre de 2005, vamos olhar quem chegou perto do pico, qual que seria o pico ideal, 33,33%, quem chegou próximo? Legislativo, comunicações, agricultura, depois, na média acima de 20%, nós tivemos segurança pública, o transporte que foi além, na verdade, foi 37%. Foi o setor que extrapolou os 33%. Então, acima de 20%: segurança, agricultura, habitação e trabalho. Acima de 10%, quem? Nós temos aqui desporto e lazer, saúde, saúde, que aplicaram 20%, organização agrária, 18,13%, assistência social, 17%; indústria, 11%; gestão ambiental, 19%. Olha aqui. Continua persistindo percentualmente o gasto de gestão ambiental bem abaixo do pico que deveria ser - vamos dizer - o ideal, 33,33% do período. Então, levantar essa questão aqui com o Secretário. Não sei como está o meu tempo aqui.

Tanto as áreas sociais como ambientais e tecnológicas têm um baixo índice de execução orçamentária.

E uma outra questão aqui, que eu analisei, agora lendo o relatório, em relação aos recursos do Imposto de Renda. Isso é importante. Veja bem. Nós realizamos, neste espaço aqui, uma Audiência Pública para discutir transporte escolar, que é um dos maiores gargalos do Governo Blairo Maggi, hoje, no setor de educação.

Nós tivemos aqui uma sabatina de nove horas com a Secretária de Educação e ela sabe o que significou esse debate sobre transporte escolar aqui naquele dia.

E, nesse local, nós fizemos um debate sobre transporte escolar e ela reclamou aqui, neste local, está na Ata, que a Secretaria de Educação perdeu no orçamento de 2005, em curso, 29 milhões dos recursos do Imposto de Renda. Só que no parecer do Tribunal de Contas, que nós vamos começar a analisar agora, o Tribunal cita no seu relatório que quem solicitou a consulta ao Tribunal sobre ciências e recursos do Imposto de Renda, que deveriam ser vinculados ou não, foi o próprio Governo do Estado. E aí o Tribunal analisou. Ofereceu um acórdão, dizendo que não haveria necessidade da vinculação dos recursos do Imposto de Renda.

E aqui é interessante que na análise desse primeiro quadrimestre, o Imposto de Renda foi alto.

Diz aqui: “O Imposto de Renda, na Fonte, realizou 146% do valor inicialmente estabelecido para o quadrimestre”. Ou seja, extrapolou 46%.

Então, se esses recursos, Deputado Riva, se mantivesse a vinculação dele, nós teríamos além dos 29 milhões que a Secretária reclamou aqui que perdeu no orçamento de 2005. Então, aqui nós poderíamos já estar resolvendo muito o problema do transporte escolar. Então, isso também é uma questão de decisão política.

E aí a Assembléia Legislativa precisa fazer essa avaliação, porque, na verdade, nós votamos o orçamento aqui com a dedução e sabemos o que é que está custando, hoje, na educação esses não 29 milhões. E agora se formos comparar com a arrecadação, vai extrapolar inclusive. Poderia estar, posteriormente oferecendo uma avaliação do quadrimestre, se mantido o percentual de vinculação, quanto que nós perdemos. Então, é nesse sentido que eu queria fazer aqui, inicialmente as minhas observações.

E lembrar que na Educação, como observamos no último quadro, está aqui considerado na Execução Orçamentária que a Educação cumpriu 19,73% do período. Então, é uma execução baixa. Mesmo que ela recupere isso nos outros quadrimestres, mas é baixa essa Execução

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2005, REALIZADA NO DIA 20 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Orçamentária para um setor que ocupa praticamente... A folha de pagamento, grande parte é bancada com os recursos do Governo do Estado.

Portanto, é interessante fazermos essa avaliação aqui também.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente Silval Barbosa, colega 2º Vice-Presidente, Deputado João Malheiros, 1º Vice-Presidente, Deputado Zeca D'Ávila, Sr. Secretário de Estado Waldir Teis, Deputada Verinha Araújo, Sr. Secretário de Planejamento Yênes Magalhães, em nome do qual saúdo os demais Secretários, servidores da SEFAZ, imprensa aqui presente.

Secretário, eu queria, antes de mais nada, em nome da Assembléia Legislativa, como 1º Secretário, fazer uma observação em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente à imprensa, porque a Assembléia Legislativa está junto com o Tribunal de Contas, especialmente no que diz respeito aos gastos com Pessoal e, segundo o demonstrativo, com 3,15%, se não me engano, de gasto com Pessoal.

A Assembléia Legislativa vem fazendo um esforço muito grande e já, pelo segundo quadrimestre seguido, está enquadrada na Lei de Responsabilidade. Se não, vejamos. Se levamos em conta a Resolução nº 01/02, nós temos gastos com Pessoal, nesse quadrimestre, na ordem de 1,54%, que, aliás, é legal, e o Tribunal de Contas na ordem de 1,18%.

A Secretaria de Estado de Fazenda e o Governo como um todo tem um questionamento em relação à aplicabilidade dessa resolução. Se tirarmos a resolução, a Assembléia Legislativa igualmente estará enquadrada dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, só que aí o Tribunal de Contas excede um pouco. O Tribunal de Contas estaria com 1,42% e a Assembléia Legislativa com 1,72%. Portanto, ainda abaixo do 1,77%.

Eu faço essa observação, Sr. Presidente, porque fizemos um esforço danado e gostaria, inclusive, de dividir com os Deputados, cada um abriu mão de uma parte do seu pessoal nos gabinetes. Nós, inclusive, não demos o realinhamento salarial pedido pelos nossos servidores e que fazem jus a esse realinhamento, explicando a nossa preocupação em estarmos enquadrados na Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, esse é um prêmio que nós temos que dividir com os nossos servidores.

Já pedi ao Secretário de Estado de Fazenda... Não condeno o Tribunal de Contas, pelo contrário, já disse aqui e disse, inclusive - tive a oportunidade, num seminário proferido pelos Ministro Nelson Jobim e Gilmar Mendes - da importância da revisão da Lei de Responsabilidade Fiscal, que quando você implementa uma Lei dessa envergadura e coloca o Ministério Público e o Tribunal de Contas para fiscalizar, o Tribunal de Contas passou a ter necessidade de mais auditores, mais servidores e, no entanto, teve as despesas com pessoal reduzidas. O Ministério Público não, porque, na verdade, o Ministério Público gastava menos com pessoal naquela ocasião do que o próprio Tribunal de Contas. Até foi premiado com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas o Tribunal de Contas foi o grande penalizado. Agora não estamos efetivamente enquadrado à função legislativa em função do excesso do Tribunal de Contas, de 1,42%.

Então, é importante deixar frisado isso, já pedi ao Secretário de Fazenda que separe, no próximo quadrimestre, colocando a função legislativa global, mas separando o percentual do Poder Legislativo que é de 1,77 e do Tribunal de Contas que é de 1,23. Portanto, a Assembléia Legislativa está devidamente enquadrada, por isso que eu faço essa observação.

Quero parabenizar a Deputada Verinha Araújo pelo trabalho que faz de comparativo do valor aplicado orçamentariamente em cada setor do Governo, mas quero especialmente cumprimentar o Secretário de Fazenda e sua equipe porque nós temos sentido uma

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2005, REALIZADA NO DIA 20 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

mudança na gestão fazendária significativa. Temos que fazer essa ressalva de que a Secretaria de Estado de Fazenda tem, na verdade, cumprido com o seu papel. E, mais do que isso, porque não é fácil você ter uma Secretaria de Fazenda para arrecadar e ter enes setores cheios de carências para gastar. Enes setores.

Aliás, eu vou até defender a questão do Imposto de Renda, Deputada Verinha Araújo, em relação à SEDUC e à Saúde. Na verdade tem, se não me engano, um acórdão do Tribunal de Contas do Estado, e o Estado só retirou o Imposto de Renda em função desse acórdão. Então, o Estado está cumprindo, é legal ter retirado. Lógico, nós queremos mais dinheiro na educação, queremos mais dinheiro na saúde, inclusive fizemos aqui, numa ocasião de uma discussão do transporte escolar, a Deputada Verinha Araújo estava presente, uma observação de que se tivesse com esses vinte e nove milhões poderia perfeitamente oxigenar um pouco mais os municípios que, infelizmente, estão com suas economias combalidas.

Agora, a minha grande preocupação, eu dizia aqui ao Deputado Silval Barbosa, não é nem com a questão da gestão que vejo que está boa, minha preocupação é com os recursos que não teremos para aplicar em função da crise econômica que o Estado passa, especialmente em três setores dos mais importantes. É lógico que a Secretaria de Fazenda terá que trabalhar ainda muito mais e, nesse aspecto, o Secretário Waldir Teis tem mostrado a sua preocupação, inclusive em relação aos Agentes Fazendários, aos servidores que trabalham com a fiscalização, o Grupo TAF. Nesse aspecto, até eu fui um dos que questioneei a legalidade da verba indenizatória, mas admito que é um setor que realmente, no meu ponto de vista, tinha que ser implementado a produtividade para fazer com que esse setor produza mais.

E aí, Sr. Secretário, eu vou referendar o que disse na reunião passada, agora já com um projeto de lei complementar pronto, vou apresentar um projeto de lei Complementar, eu e o Deputado Silval Barbosa, num estudo que fizemos, onde Vossa Excelência não terá que vir aqui explicar recurso de educação, de saúde, de transporte. Vossa Excelência só vai explicar as ações da Secretaria de Fazenda para arrecadar e para quem foi, e aí vamos trazer o Secretário de cada área para explicar como gastou o dinheiro.

Então, eu já consultei, a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe uma limitação, não vamos fugir dessas limitações, apenas vamos disciplinar em nível de Estado. Inclusive, na questão da origem, eu queria pedir a Vossa Excelência, e tenho apenas uma dúvida que é a iniciativa. Caso a iniciativa não caiba ao Poder Legislativo, que o próprio Estado nos enviasse essa Mensagem porque eu julgo da maior importância, você poderia ter aqui, por exemplo, o Secretário de Saúde explicando como gastou os recursos da saúde, muito mais importante do que estar aqui o Secretário de Fazenda explicando para onde foi o dinheiro, sem nos explicar como foi gasto o dinheiro e quais os setores que foram priorizados dentro daquela área.

Então, essa é uma lei complementar que nós já estamos apresentando nesses dias, que eu acredito que vai aperfeiçoar ainda mais esse sistema de prestação de contas, até porque a própria sociedade cobra essa prestação de conta. E alguns seguimentos organizados deveriam estar aqui, mas não estão. Nós poderíamos convocar por setor. Convocar a área de saúde; convocar o setor da agricultura; convocar a educação - e quem assistiu a convocação da Secretária Ana Carla teve a oportunidade de ver o quanto é importante a presença do Secretário na Casa, explicando, prestando contas das suas iniciativas, atividades lá a frente daquela pasta.

Então eu acredito que essa é a forma mais correta, e isso é um aperfeiçoamento que eu tenho cobrado na Lei de Responsabilidade Fiscal. Inclusive, diz o Ministro Nelson Jobim que essa lei é uma lei que precisa de revisão. Ela é importante, cumpriu com o seu papel ao longo desses cinco anos, mas pode perfeitamente ser aperfeiçoada pelo Congresso Nacional. Essa lei não possa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2005, REALIZADA NO DIA 20 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

ser uma lei igual para desiguais, porque nós temos Estados de realidade diferentes. De repente 1,77 para o Poder Legislativo mato-grossense é suficiente; mas, de repente, para um Estado periférico não é. De repente, para Santa Catarina, São Paulo, Paraná e Minas Gerais é muito dinheiro. Então, é preciso respeitar essas desigualdades que nós temos dentro do Brasil. E, de repente, uma lei dessas respeitar as condições de cada Estado.

Então, é isso Secretário, parabeno a sua equipe pelo trabalho que vem fazendo à frente da Secretaria de Fazenda, e o Poder Legislativo de Mato Grosso tem que reconhecer os avanços que Vossa Excelência conquistou à frente dessa pasta com sua equipe que por sinal é muito competente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra Deputado João Malheiros.

O SR. JOÃO MALHEIROS - Sr. Presidente, Deputado Silval Barbosa; 1º Secretário, Deputado Riva; 1º Vice-Presidente, Deputado Zeca D'Ávila; minha companheira, Deputada Verinha Araújo; João Virgílio, Procurador-Geral do Estado; Sírio Pinheiro da Silva, Secretário-Chefe da Auditoria-Geral do Estado; Waldir Teis; Yênes Magalhães, querido companheiro e amigo, Secretário de Planejamento e Coordenação; Augusto Moura, Secretário Adjunto; senhores, senhoras e demais autoridades presentes.

Eu só quero registrar aqui a satisfação de verificar que o Governo do Estado, através dos seus Secretários, tem cumprido com eficiência as determinações legais e, mais do que isso, as metas que esse Governo quando eleito propôs executar. É nesse entendimento que eu parabeno o Secretário Waldir Teis e toda a sua equipe de trabalho que se faz presente, bem como os Secretários que o acompanham e que em outras pastas têm realizado excelentes trabalhos.

Eu quero dizer que essa discussão da qual o Deputado Riva fala é muito oportuna. Já foi, na semana passada, ventilada pelo Deputado quando discutíamos a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Com os Secretários aqui prestando contas das suas pastas, evidentemente, além de tudo, dos debates, da oportunidade desse esclarecimento, têm também a oportunidade de escutar dos Srs. Deputados a sugestões para que possam aprimorar ainda mais essa máquina administrativa, cujo resultado final é o bem-estar do povo mato-grossense.

Eu quero reiterar aqui, portanto, Secretário Waldir Teis, a nossa satisfação por mais uma vez participarmos de uma Audiência Pública para podermos fazer os esclarecimentos que o povo do meu Estado e a Assembléia Legislativa, através desse dispositivo legal necessitam.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Bem, Senhores, fizeram uso da fala os Srs. Deputados em cima do relatório apresentado pelo Secretário Waldir Teis.

Como não temos mais inscritos para fazerem uso da palavra e nenhum questionamento por parte do Plenário, eu passo a palavra ao Dr. Waldir Teis para as considerações finais.

O SR. WALDIR TEIS - Obrigado, Presidente.

Eu quero aqui... A Deputada Verinha Araújo saiu, mas depois eu faço algumas justificativas quanto às observações dela.

Sr. Presidente, a fala do 1º Secretário, Deputado Riva, quanto à questão da solicitação de cada Secretário, de cada Pasta, vir aqui. Na ocasião, foi conversado sobre isso. É muito válido, francamente, isso, até porque nós temos a TV Assembléia que tem uma penetração muito boa em Cuiabá. E durante 2005, salvo engano, vai ser um canal aberto, pelo que nós sabemos.

Quanto mais nós esclarecermos para a sociedade onde se gasta o dinheiro, com certeza, ela se sentirá um pouco mais confortável em acreditar ou não acreditar no Governo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2005, REALIZADA NO DIA 20 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Quando ela vê que o resultado da arrecadação naquilo que ela mesma contribui para o Tesouro Estadual, ele é aplicado, ela vai ter condições de fazer a sua crítica se isto está sendo bem ou não aplicado - e é importante isso - e o Governo não se opõe a isso.

O Deputado Riva falava da origem do Projeto de Lei Complementar sobre essa questão, a princípio, eu entendo que ele tem origem nesta Casa, até porque se trata de normatizar alguma coisa que complementa a Lei de Responsabilidade Fiscal dentro das nossas necessidades de unidade federativa. Os outros estados, talvez, não sintam essa necessidade, mas eu penso, Sr. Presidente, que talvez a origem seja da própria Casa.

Embora já levei essa mesma reivindicação na vez passada ao nosso Governador, nós não vemos nenhum problema virem os Secretários para cá, em determinadas datas, e prestarem os seus esclarecimentos, que é aquilo que eu disse: Quanto mais informação nós tivermos para o cidadão, melhor é.

Deputada Verinha Araújo, a questão da aplicação da execução na SEDUC, principalmente, Vossa Excelência tem razão nas suas observações, mas eu atribuo esse índice de 19% a dois meses de férias que nós tivemos, que, praticamente, as escolas ficam paradas e, então, os serviços de execução das escolas estão parados. Nós tivemos, eu acho, que uns quinze dias de greve.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Mas aqui é só na manutenção e desenvolvimento.

O SR. WALDIR TEIS - Pois é. Mas pegue de quatro meses: em 55% do tempo que o pessoal estava em casa, só havia folha de pagamento e a contribuição dos próprios professores.

Então, na execução mesmo de custeio, que também compõe um montante dos 25% que são necessários, nesses dois primeiros meses, dois meses e meio, praticamente não houve, houve muito pouco. Agora, uma coisa é certa: Nós sabemos da necessidade de se aplicar os 25%, e o Governo não vai medir esforços para que sejam aplicados esse valor vinculado à educação, como na saúde e onde tem que ser aplicado o dinheiro.

Nós temos que, independente de querer ou não, atender essas necessidades das escolas e serão atendidas ao longo do ano, embora seja válida também a sua preocupação de achar o limite muito pequeno ou baixo para o período, mas eu creio que dá para se atribuir, com certeza, às férias e também à greve.

Quanto às outras questões que a senhora colocou, respeitando as suposições, é interessante o comparativo que a senhora faz de 2002, que se faça esse comparativo agora em 2004, 2005 e assim por diante, porque aí teremos também, digamos, como medir a eficiência ou ineficiência, principalmente nessas questões ambientais, que é um problema que estamos enfrentando.

No mais, o que nós temos a dizer é que, diante desse contexto todo, até quando olhamos um resultado primário bom e uma execução orçamentária, às vezes, abaixo do limite, que seria o prudencial, 30%, 33%, não significa dizer que não se está executando as ações do Estado. As ações do Estado estão sendo feitas com menos recursos.

Nós tivemos, Sr. Presidente, também uma espécie de contingenciamento branco. O Governador solicitou a todos os Secretários que segurassem as despesas, que fizessem economia, porque desde o ano passado já vislumbrávamos um quadro econômico para 2005 bastante difícil e ele está, parece-me, mais difícil do que pensávamos, principalmente dada essa questão, esse último fato ligado ao IBAMA e à FEMA. Essas questões atrapalham, e muito, a nossa economia, especificamente o setor madeireiro. Por tabela, pegamos também o setor produtivo, e nós temos algumas informações, Deputado, e o senhor vai constatar agora nessa ida à região norte com o Governador, a partir de amanhã, que possivelmente teremos uma redução da produção para 2006. O

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2005, REALIZADA NO DIA 20 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

setor do agronegócio acena uma redução de área, dada a questão dos insumos estarem num valor estratosférico e também a questão de liquidez do agronegócio que está hoje no vermelho. Então, não sabemos como vai ser a condução dos próprios setores produtivos, e nós temos basicamente quatro setores que sustentam o Estado e os demais dependem do agronegócio.

Nós dizíamos, há alguns dias, que 65, 70% do PIB mato-grossense dependem do nosso setor primário que, por tabela, os outros 30% sobrevivem desse setor que fomenta nossa economia.

Nós estamos colhendo informações nas cidades, Sr. Presidente, sobre como está se comportando o comércio varejista, e as informações que nós temos, o sentimento que nós temos de alguns comerciantes, é que a coisa está ficando ruim. Nós temos setores que já tiveram as suas vendas reduzidas em 50%.

A Sr^a Verinha Araújo (FORA DO MICROFONE) - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem. Só para contestar esse dado do Secretário. Não é verdade o que diz o número.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Então, a preocupação que nós temos é de como nós trataremos as coisas ou a despesa pública a partir de agora. Nós já dissemos, há uns dias aqui, que fizemos esse alerta. Nós estamos alertando quase que constantemente esse desenho negativo e nós temos que ser realistas. Muitos dizem que o Secretário de Fazenda é pessimista, mas eu acho que ser otimista, quando as coisas estão ruins, esconder o quadro negro e pintar uma paisagem, é muito fácil. Só que depois, atrás da paisagem, o quadro fica pior ainda.

Então, nós temos, Presidente, essa preocupação de como será conduzida, como vai se comportar, melhor dizendo, a economia de Mato Grosso em 2005, por conseqüência, 2006. E também eu acho que nós dependemos - eu não sou nenhum analista político -, desses fatos que estão ocorrendo agora no Congresso, essas questões do mensalão. Dependendo da extensão, da gravidade do que for apurado, poderá ter influência ou poderá não ter influência no quadro econômico.

(A SR^a DEPUTADA VERINHA ARAÚJO FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Deputada, não se preocupe. Mas é uma questão que está aí, aos olhos de todos. Ninguém está prejudgando ninguém também.

A Sr^a Verinha Araújo (FALA FORA DO MICROFONE) - Estou fazendo uma análise.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Nobre Deputada, Vossa Excelência vai ter a palavra, pela Ordem. Só peço a compreensão e deixe o Secretário concluir o pronunciamento dele.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Eu não quero entrar na questão política.

Eu só estou colocando os fatos que podem interferir na economia. Não estou prejudgando se está certo ou se está errado, se as acusações são verdadeiras ou são falsas. Não vou entrar nesse mérito, porque não é da minha alçada fazer isso também, e também não o faria, porque não é o momento para isso. Mas são fatos que levam a um direcionamento talvez diferente da nossa economia, principalmente de Mato Grosso, da região Centro-Oeste, dos Estados mais pobres que dependem exclusivamente de setores primários. Isso não é culpa sua também. Por favor, ninguém está atribuindo essa culpa a Vossa Excelência também.

Então, são fatos que nos levam a repensar a condução do Estado para 2005, conseqüentemente para 2006. E nós estamos trabalhando dentro da Secretaria de Fazenda na revisão da receita para 2006, porque nós tínhamos um tempo atrás diferente do dia hoje. O dólar fechou, sexta-feira, a 2,39 e acena ainda um pouco de recaída, talvez nós chegaríamos a 2,3. O ouro também perdeu o seu valor. E o nosso real está supervalorizado em relação a essas moedas. Talvez internamente não, mas em relação a essas moedas, está supervalorizado. Isso determina a liquidez

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2005, REALIZADA NO DIA 20 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

do nosso setor público produtivo, queira ou não é o que determina a liquidez. Então, Deputado, os números estão aí. A crítica cabe a cada um fazê-la.

O que está na contabilidade, isso que me foi apresentando são números reais. Não temos feito nenhuma correção de valores em cima deles. São todos nominais. E agora daqui para frente, cada um de nós, dentro do Executivo, eu tenho certeza de que os outros Poderes também farão a sua parte para que possamos conduzir os destinos de Mato Grosso, principalmente nas nossas questões econômicas da melhor forma possível, para chegar, no final do ano, talvez com um quadro totalmente diferente desse de hoje. Vai depender muito do aquecimento da nossa economia. E quem sabe do próprio comportamento, Deputada, do agronegócio em nível mundial, não em nível mato-grossense.

Digamos que em agosto surja uma notícia de que os Estados Unidos plantaram 10% a menos do que no ano passado, conseqüentemente o nosso agronegócio tende a ser valorizado, porque haverá mais procura, haverá menos oferta lá e poderemos ter um produto mais valorizado. Digamos que o dólar venha ter também, ou o real, uma desvalorização frente ao dólar. Também são requisitos para uma economia melhor. É incerto dizer, hoje, que continuaremos com esse quadro. Mas a forma como está hoje, o comportamento hoje, o comportamento político, o comportamento da economia, é esse. Não é um quadro então de nós ficarmos abanando a orelha de rir, mas é de ficarmos com a testa meio franzida, a testa meio franzida e preocupada. Eu acho que essa é a nossa responsabilidade: não tratarmos as coisas com descaso, mas sim como elas efetivamente são. Mas só fazer uma correção. Nada de questão partidária, nada de prejulgamento, só são fatos que eu coloquei que podem interferir na nossa economia a partir de agora. Sr. Presidente, muito obrigado. Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu que agradeço.

Concedo a palavra, pela Ordem, à Deputada Verinha Araújo.

A SRª VERINHA ARAÚJO - Eu sou uma educadora, sou professora. E nós, no exercício da função, procuramos estudar números. Vamos pegar os números.

Fazendo uma análise política... Nós temos visto o Governador, inclusive participando de movimentações dos produtores rurais em várias cidades e com uma fala, inclusive, combatendo a política economia do Governo Lula.

Então, esse discurso de que em Mato Grosso vai ter uma crise é discurso do Governador, mas não é o que trazem os números, até o momento. Se os senhores observarem no relatório que está em mãos aí: Imposto de Renda, a previsão do período era R\$36,7 milhões, arrecadou R\$53,0 milhões; IPVA era R\$55,0 milhões, arrecadou R\$65,0 milhões; ICMS, o previsto era R\$952,0 milhões, arrecadou R\$989,0 milhões; soja, o previsto era R\$31,0 milhões, arrecadou R\$38,0 milhões; gado era R\$6,4 arrecadou R\$8,5 milhões; combustível, não atingiu a meta, é o único que está baixo aí, a previsão era R\$62,0 milhões e realizou R\$59,0 milhões; algodão, que era R\$0,4 milhões realizou R\$0,8 milhões, que extrapolou 81% do previsto; madeira era R\$4,7 milhões, realizou R\$5,1 milhões, e olha que houve desvio de madeira, nós sabemos que houve, as ATPFs e tal.

Esses dias eu ouvi o Prefeito Wilson Santos dizendo: “Olha, essa crise ainda não chegou aqui em Cuiabá”. Essa crise anunciada pelo Governador, eu quero ver no próximo quadrimestre, porque se ocorrer queda, etc, aí nós vamos discutir. Mas não é o que está colocado no primeiro quadrimestre, está além da meta.

Eu vejo que há um discurso do Governador, mas esse discurso não tem se efetivado na prática na arrecadação. Eu não sei até que ponto esse discurso não é um discurso para resolver problemas de quem fez estoque de soja, altos estoques que, se for olhar o estoque, hoje, que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2005, REALIZADA NO DIA 20 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

nós temos, tem estoque desde 2002... Esse é o problema, hoje, da soja, em nível internacional. Não é preço, porque o preço da soja, em dólar, no mercado mundial, se manteve o mesmo. Quer dizer, por que é que caiu no Brasil? Não é por causa do câmbio, não! Porque há problemas de estoque.

Então, discutir a crise do ponto de vista da ferrugem, da falta de chuva, excesso de chuva, etc., isso o Governo Lula vai discutir. Agora, quem estocou esperando um bom preço e depois não veio, aí nós vamos pagar essa conta? E esse discurso amplo, para dizer que há uma crise para resolver esse problema, o Governo Lula não vai resolver!

Então, por favor... É número, é número! Do pouco que estou observando aqui, os números do primeiro quadrimestre não traduzem esse discurso de que há uma crise econômica em Mato Grosso. Não há! Não há!

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Portanto, feita a questão de ordem, o Dr. Waldir Teis, que já tinha encerrado, tem direito a fazer ainda as considerações finais.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Deputada, a questão dos estoques de soja, veja bem, o mercado de soja não é um mercado de balcão, aonde Vossa Excelência vai lá no supermercado, compra, leva embora e depois vem outro e repõe aquilo que comprou. No estoque funciona mais ou menos assim: para a safra de 2005 a 2006, os produtores comprometem aproximadamente 70% da sua produção, buscam o dinheiro nas empresas financiadoras, que são as *trades*, e buscam dinheiro também em algum banco, que é o que complementa o custeio. Então, ninguém estoca soja. E, se houve estoque de soja, efetivamente, estoque físico, talvez tenha havido um ou outro produtor melhor abastado que estivesse mais bem estruturado.

Mas o agronegócio é o seguinte: ele, para plantar a safra seguinte, tem que buscar sempre dinheiro na frente. Ele não consegue pegar do passado e trazer, até porque o produtor rural, o agropecuarista em si não se capitaliza com o capital de giro. Toda sobra que tem ele procura investir em tecnologia, e esse investimento em tecnologia é que movimenta a economia. De modo geral, ele busca máquinas novas com novas tecnologias, ele busca novas formas de plantio, onde, às vezes, no investimento, por exemplo, plantio direto, investimento convencional tem um custo, no plantio direto tem outro custo, é bem maior e os maquinários de precisão, para Vossa Excelência ter idéia, uma máquina que de 2003 para 2004, na virada do ano, custava 135, 140 mil reais, em 2004, final de 2004, ela passou para 260 mil reais. Então, são investimentos que ele faz. Se tem uma sobra, ele investe, não fica com o dinheiro em caixa para esses momentos que são difíceis como acontece com uma empresa quando ela trabalha no mercado de balcão, é um pouco diferente.

Na questão do dólar, Vossa Excelência tem razão, o preço internacional da soja não caiu muito, ele se mantém entre os 10, 10,3 dólares, às vezes, depende do dia da oferta; se há pouca oferta aparece muitos compradores para chegar a 11 dólares, mas acontece que, convertendo o dólar em reais, hoje, 11 dólares é um preço espetacular para a soja, mas pega onze vezes dois, vai dar vinte dois, mais quarenta, vai dar vinte seis reais e quarenta centavos, vinte e seis e cinquenta. Desconta 2,3%, desconto mais FETHAB, vai liquidar a sua operação com vinte quatro reais, estourando vinte e cinco - fiz as contas de cabeça, mas é aproximadamente isso. Só que o custo dele, quando ele plantou no ano passado, contratou insumos a um dólar de três reais e dez centavos, fixou esse preço com o fornecedor dos insumos a três e dez e agora está entregando a sua soja, que no mercado mundial o dólar está dois e quarenta, esteve um pouco melhor, esteve a dois e trinta e nove, na sexta-feira fechou a dois e trinta e oito, essa defasagem é que está tirando dinheiro do bolso. Agora, não é uma fórmula que nós dois aqui discutindo vamos conseguir resolver, mas o produto soja não esteve estocado.

A questão dos números que Vossa Excelência apresentou, FETHAB do algodão, nós tivemos um estoque de 2004 que passou para 2005, inclusive eu comentava com Vossa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2005, REALIZADA NO DIA 20 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Excelência antes, de que o pessoal fez entrega do algodão em 2005 agora. Soja, nós temos a nossa desova maior de soja justamente nos primeiros meses do ano, no primeiro quadrimestre do ano. Tudo que se produziu e se depositou nos armazéns é onde gera maior receita do FETHAB.

A madeira, essa questão de ATPF falsa e tal, eu não acredito que tenhamos perdido o FETHAB, até porque o madeireiro que sai do Estado emite nota fiscal independentemente dessa ATPF ter sido verdadeira ou não, mas se perde também FETHAB na madeira e acho que em todos os segmentos nós perdemos.

Na pecuária nós temos um pequeno aquecimento pela desova que houve, mas, num modo geral, vejam bem: nós tivemos no primeiro quadrimestre, não vamos negar, foi bom, mas o reflexo desse primeiro quadrimestre que está se desenhando agora, que o mercado vem sentindo, é só conversar com os comerciantes que eles dizem isso, nós temos um termômetro muito bom. Combustível! combustível nós tivemos uma queda de maio para junho de 16,3% e conversando com donos de postos de combustíveis, todos eles têm afirmado que o consumo de combustíveis caiu porque o agronegócio não está com suas máquinas na lavoura. De fato, as máquinas do setor produtivo estão paradas, ninguém está se arriscando a gastar na frente porque tem gente que não sabe se vai ser viável plantar. Está assim: se eu plantar, que tamanho vai ser o buraco, maior ou vai ser menor do que 2005? Então, há uma dúvida muito grande no setor produtivo, isso é uma realidade. Agora, eu discordo quando Vossa Excelência diz que o quadro econômico favorável não é, me desculpe, não é. Então, está só Vossa Excelência com esse otimismo e todo o resto...

A Sr^a Verinha Araújo (FORA DO MICROFONE) - Eu estou com os dados...

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Sim, mas é isso que está aqui. Mas o reflexo nosso, de todo esse imbróglio, vai começar a refletir no segundo semestre, nós vamos ter o segundo semestre.

Um outro setor que é bastante... É um termômetro interessante o setor de automóveis, concessionárias. Normalmente, quando a classe média está bem abastada, ela vai trocando seus veículos e o setor se movimenta e o comércio de veículos, nas concessionárias, é muito favorável. Hoje não. Nós tivemos a visita do Sindicato das Concessionárias de Veículos, dias atrás, e na conversa, lógico, eles falaram: “Secretário, o mercado de automóveis novos está muito baixo e o de automóveis velhos está represado. Saem negócios, mas não com a mesma velocidade, não se dá o tombo de estoque de veículos usados em garagens como se dava no passado.” Isso é verdadeiro, as empresas estão dispensando, nós temos notícias de que, na região do norte do Estado, inclusive o Presidente nos dava hoje essa notícia, tínhamos essa notícia também, mais de mil e quatrocentos empregos, em maio, agora, foram descartados, digamos, pessoas foram demitidas. E são pessoas que vão estar disputando outros mercados de trabalho para ver se conseguem, e talvez não consigam, outro mercado de trabalho. Então são sinais com os quais teremos problemas à frente, se não houver nenhuma alteração nesse quadro que nós comentamos. Agora, vamos torcer para que a senhora tenha toda razão e para que o quadro seja bom, pois ao final nós vamos sorrir à vontade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Comunico, então, após a leitura do Relatório da Avaliação das Metas Fiscais relativas ao 1º quadrimestre, e além da Avaliação a demonstração que foi feita, que a Secretaria de Fazenda, através do Secretário Waldir Teis cumpre dispositivo da Lei nº 101, em seu art. 9º, § 4ª, que determina o comparecimento do Secretário a esta Casa para fazer a leitura desse Relatório.

Portanto, isso fica registrado em Ata. O nosso serviço de taquigrafia está aqui. No mais, quero agradecer a presença do Secretário Waldir Teis; a presença do Secretário de Planejamento, Dr. Yênes Magalhães; a presença do Dr. Sírio, do Dr. João Virgílio, do Deputado

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
DO 1º QUADRIMESTRE DE 2005, REALIZADA NO DIA 20 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00
HORAS.

Riva, do Deputado Zeca D'Ávila, do Deputado João Malheiros e da Deputada Verinha Araújo, de todos os senhores e senhoras, dos técnicos da Secretaria da Fazenda e em especial também queremos agradecer a presença do Prefeito Clóvis Martins do Município de Poconé.

E queremos registrar que nós convidamos todos os Prefeitos do Estado de Mato Grosso, é uma honra tê-los aqui conosco. Portanto, não havendo mais matéria nem discussão nessa audiência pública, declaro-a encerrada. Agradecemos a todos (PALMAS).

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Isabel Luíza Lopes;
- Revisão:
 - Laura Yumi Miyakawa;
 - Nilzalina Couto Marques;
 - Ila de Castilho Varjão.